

Saindo do abismo infernal para rever as estrelas



Por **REMY J. FONTANA***

A reconciliação comporta riscos, custos e pode até ser perigosa

Lula está eleito: viva a democracia! Inconformados, extremistas de direita não aceitam a derrota: democracia ameaçada!

A política poucas vezes penetrou tanto nos corações e conformou tantas atitudes como nestes anos recentes ainda que para muitos, paradoxalmente, como antipolítica. Este tipo de manifestação deplorável, este entendimento equivocado, estes enganos e experiências malfeitas não deixarão de ter consequências danosas na cultura e prática políticas, e no funcionamento das instituições do Estado e das organizações da sociedade civil.

Diante da disseminação algorítmica de opiniões, a maioria disparatadas, muitas envoltas em fumaças de ódio, que reivindicam não apenas o direito de serem emitidas, mas igual validade de um conhecimento produzido, seja por pesquisas fundamentadas ou argumentação consistente, confrontamo-nos com um tempo de obscurantismo que parece capturar almas penadas, consciências ingênuas, psiques perturbadas e toda sorte de desavisados.

Este quadro nebuloso e tensionado será o pano de fundo onde devemos nos mover para tentar repor um pouco a sanidade perdida por muitos dos tragados pela ascensão da extrema direita bolsonarista, e para fazer avançar as luzes do conhecimento e do esclarecimento, ambos necessários para o país ter algum futuro e seu povo além de comida, alguma dignidade.

Será uma tarefa de alto fôlego que demandará persistência de ânimos e tempos alongados, medidos em décadas, talvez em gerações. Será um esforço coletivo, uma interdependência organizativa que deverá apontar para uma reconstrução/construção permanente no sentido de uma sociedade cujas fundações contemplem equilíbrio, diversidade, boa vontade, livre arbítrio, responsabilidade, consciência, “senso de agência”, isto é, um sentimento de controle sobre as próprias ações e suas consequências.

Uma sociedade que incorpore também a equidade, a moralidade, o bem-estar, o compromisso e a tolerância, prosperidade econômica, valores, sentido e significados, e, por outro lado, que mitigue divisões, ambição, egoísmo, ilusões, malfeitos, injustiças.

Surto fascistoide

Começamos pelo perfil do mau militar, expulso do exército, político insignificante e governante fascistoide, alçado à liderança da nação pelas circunstâncias de uma conjuração autoritária, na esteira do golpe de 2016 contra a presidência Dilma Rousseff.^[1]

Feita de irracionalismo, cinismo e mediocridade, Bolsonaro é uma figura que engana e que mente, que desconhece as atribuições de um governante, e que se auto engana, não reconhecendo que as máscaras grotescas e ignóbeis com que revestiu o personagem que encarnou, são elas próprias a expressão acabada de si mesmo.

Um homem irascível e primário que busca superar-se em baixeza a cada fala e a cada gesto. Uma figura corroída pelo ressentimento, movida a ódios e afrontas, atormentada pela percepção da própria insignificância, sabendo que é um

embuste, uma fabricação, condenada a danação das almas penadas, que nem invocações místicas de Micheles, rezas brabas de Damares ou chicanas jurídicas de ministros terrivelmente evangélicos poderão resgatá-la.

Os derrotados em 30 de outubro. Para desvendar a condição social destes protagonistas do caos, que marcham e acampam pelas ruas e praças do país, e em frente aos quartéis, precisaríamos alargar o conceito de *lumpen*, que abarca em sua formulação original (Marx&Engels) toda sorte de criminosos, marginais e desclassificados, que despidos de consciência de classe, tornam-se instrumentais ao reacionarismo e à contrarrevolução. Os patriotas bolsonaristas do momento contribuem para a inclusão de outras classes e categorias no conceito; assim, além do lumpemproletariado, temos agora a lumpenpequena burguesia, a lumpenburguesia, e a lumpenforças-armadas, mobilizadas por aventureiros de ocasião não para barrar uma revolução social, mas para inviabilizar uma prosaica alternância de governo sob as regras da democracia liberal.

Das três potências de nossa alma, segundo Aristóteles: “viver, sentir e raciocinar”, os vestidos de verde e amarelo, versão extremista-bolsonarista, parece que vivem e aplicam apenas a potência sensitiva no que ouvem ou veem, despojados por inteiro da potência “raciocinante”. Daí sua infinita credulidade quanto aos absurdos, os disparates, as mais toscas enunciações, a cínica desinformação e as mentiras que fartamente lhes são servidas goela abaixo pela máquina do ódio acionada pelo ex-capitão, filhotes e asseclas.

Gritam liberdade, mas reivindicam ditadura; denunciam um golpe inexistente propondo um golpe de verdade; supõem-se portadores de livre arbítrio, mas submetem-se à predestinação divina, via fanatismo religioso; pretendem afirmar a verdade de suas crenças e valores, mas são incapazes de as fundamentar ou justificá-las.

Imersas nestas condições e portando tais atitudes, a estes “cidadãos de bem”, na prática uma massa mesmerizada por “mitos” toscamente fabricados, lhes faltam capacidades cognitivas, ou as tem em nível insuficiente, enquanto lhes sobram atitudes impensadas, carentes de um referencial de crenças associadas a um conhecimento contextual relativamente às ações.

Isto responde, em parte, ao fato de que suas experiências estão usualmente dissociadas da realidade objetiva. É este “mundo paralelo”, já observado pela crônica jornalista e pelas elaborações acadêmicas, o habitat natural dos bolsonaristas fanáticos, extraviados de qualquer senso, senso comum, bom senso ou senso crítico. *Non sense*. Sem sentido, pois, *tête malade*. O mundinho de tolos e estúpidos, onde há escasso intelecto e excesso de paixão, conhecimento objetivo enviesado por manipulações e preconceitos, e experiência subjetiva prenhe de exaltações autoritárias e delírios verde-amarelos.

A indignação desta gente, evidenciada pelas demonstrações simplórias, caricatas e bizarras, se dá pelos motivos errados e meios espúrios, visando objetivos que são a negação da legalidade e da legitimidade do sistema político, da soberania popular e da liberdade, que invocam sem conhecer-lhe a natureza, suas condições, abrangência ou limites.

A fúria, a intimidação e a violência como *prima ratio* de conduta pessoal ou ação coletiva os caracteriza.

Eis aí a razão/desrazão dos ensaios fascistóides dos bloqueadores de estradas, dos acampados diante dos quartéis clamando por ditadura, dos que hostilizam adversários com armas na mão, dos que sufocam crianças pendurando-as pelo pescoço por dizer “Lula lá;” dos que insultam em restaurantes os ainda não tragados pelo irracionalismo, dos que confrontam instituições e autoridades não porque haveria motivos fundamentados para criticá-las, mas pela insensatez de não concordarem com seus procedimentos, ditames e decisões; dos que marcham como soldadinhos de chumbo, marionetes de desqualificados, conduzidos à ruína de si próprios e de seus próprios interesses; dos que colocam em ordem unida criancinhas, fazendo-as marchar, ao estilo da juventude nazista, entoando bárbaros brados retumbantes; dos que, em acintosa ignorância, levantam o braço em saudação nazista; dos que adentram ônibus escolares para agredir adolescentes que ousaram sugerir ou indicar preferências eleitorais pela anteposição do indicador ao polegar, desenhando um L; dos produtores de listas negras de estabelecimentos comerciais, de profissionais e de prestadores de serviço que deveriam ser boicotados por serem suspeitos de se alinharem às posições políticas de “inimigos”; dos que adentram casas paroquiais e degolam o pároco; enfim a lista negra não para de crescer.

A relação dos desvarios da direita extremada, em sua resistência aos parâmetros mínimos da democracia e em sua aberta negação de civilidade é longa, e ainda vai produzir aberrações e morbidez em escala industrial/informacional.

O que mais falta nesta insurgência fascistóide? Um estoque de óleo de rícino a ser ministrado goela abaixo de seus adversários? Incursões punitivas às universidades, sindicatos, partidos, jornais, ou associações progressistas? Agressões

físicas indiscriminadas? Depredação de instalações públicas onde operam funcionários e autoridades encarregadas da aplicação da lei? Instituição de campos de “trabalho”?

Deste surto de desobediência bolsofascista, deste negacionismo de leis, pactos e contratos político-constitucionais resultarão implicados todos patriotas ensandecidos pela mais tosca retórica política, pela mais crassa manipulação ideológica, pela mais desavergonhada proliferação de mentiras causando, ao que lhes restar das faculdades da razão, sérios traumas que haverão de lhes dificultar, ou impedir, por um bom tempo, o acesso aos caminhos conducentes a verdade, à realidade efetiva das coisas.

Estes conservadores, particularmente os da cepa reacionária, são basicamente pessoas, grupos ou comunidades que tem dificuldade em reconhecer a complexidade da realidade, notadamente nas condições de rápidas mudanças em diversos âmbitos, e em admitir a multiplicidade sob as quais pode ser exercida e vivida a condição humana.

Embora já presente em anos anteriores, é em 2022, particularmente em torno das eleições, que a aventura fascista comportou maiores extravagâncias, maior delírio e ameaças, maior demonstração de raiva e fúria em seu inconformismo diante da derrota; não faltaram episódios trágico-cômicos, cuja bizarrice não dispensou violências e intimidações, disrupção econômica e prejuízos variados, afetando a muitos e, ironicamente, a si próprios.

O que será daqui em diante a vida destes consumidores vorazes de desinformação, que engoliram confiante ou ingenuamente todas as mentiras que lhes foram prodigalizadas por uma máquina poderosa de *fake news* a destilar ódio cego, não apenas a adversários, mas a todos que não compartilham seus valores anacrônicos, suas concepções deformadas de pátria, família e liberdade segundo o cânone fascista?

Como acabarão por situar-se politicamente quando esta onda autoritária se desmanchar em praias mais democráticas? Como vão processar suas dúvidas, se conseguirem superar o fanatismo, sobre o que acreditaram ser, nomeadamente, protagonistas da “regeneração da pátria”? O que quiserem ser, e o que efetivamente se tornaram além de patéticos e caricatos aprendizes do fascismo? O que lhes restará de suas vidas amarguradas, de seus ressentimentos, de seus impasses, de sua impotência para reverter o curso e a direção dos processos sociais e de sua expressão política? Como, retrospectivamente, poderão reconciliar seus feitos, condutas e gestos com uma nova realidade que os tenham superado?

Quão profunda e sombria são as motivações que as mobilizam? Quão longe e por que meios pretendem conduzir suas demandas, articuladas por uma central de mentiras, falsidades e manipulações, inclusive pela autonomização das redes digitais, cuja consecução seria o mais desabrido autoritarismo?

Uma constatação, das mais intrigantes, aliás a mesma verificada em relação aos alemães no período nazista, é que junto aos fanáticos hitleristas de outrora ou aos bolsonaristas de hoje, encontram-se pessoas “comuns”, supostamente cidadãos razoáveis, de certa cultura ou esclarecimento que, sabe-se lá por que azares da vida, aderiram a estes ciclos de insanidades. Sob alguns aspectos, a emergência destes infortúnios pode nos dar a conhecer as raízes políticas subterrâneas, próximas de nós, que nos passariam despercebidas.

Dos nazistas e de seus carrascos voluntários, sabemos o horror que perpetraram e como foi seu inglório fim. Quanto aos aprendizes do fascismo tupiniquim, sob a inspiração do “mito”, poderão avançar em direção ao abismo ou serão incapazes de prosseguir? Serão contidos por órgãos ou autoridades guardiãs das instituições do Estado de Direito, ou por uma mobilização das forças democráticas?

Em que momento estas massas de insurgentes reacionários verão desmoronar as ilusões que lhes deram tal ímpeto? Quando perceberão que as reivindicações e clamores de seus protestos sobre os quais basearam suas tresloucadas ações serão diluídas pela força de uma realidade que tornará suas motivações vazias de qualquer sentido, desprovidas de qualquer pertinência, inconsistentes com a organização e o funcionamento dos aparatos de poder de uma sociedade complexa, nestes tempos de crise planetária? Por quanto tempo ainda abdicarão da verdade do cotidiano e dos fatos que a realidade objetiva impõe, dada sua preferência pela repetição de seus mantras, que ao invés de lhes apaziguarem, os exaltam ainda mais em sua fervorosa aderência ao seu “mito” e as suas mistificações.

Não se pode descuidar, no entanto, do fato de que navegam nas águas escuras do obscurantismo e no rio profundo da ignorância, embalados numa “histriônica histeria de conversão coletiva” (Muniz Sodré, *Folha de São Paulo*, 13/11/22), e que são muitos, e que darão trabalho aos que se empenharem em sustentar e aprofundar a democracia.

Eleições presidenciais e seus inimigos

Uma observação atenta reconhecerá que os grupos mobilizados da extrema direita não contestam apenas o resultado adverso. Seus líderes os treinaram a questionar a lisura do processo eleitoral antes mesmo deste ser deflagrado. Esta estratégia, articulada por um negacionismo, posta em prática por Donald Trump e imitadores autoritários como Jair Bolsonaro, vai da negação da ciência à negação da eficácia de vacinas, da negação de fatos à negação dos processos eleitorais, entre outras negações.

O patético e raivoso inconformismo com a vitória de seu adversário inscreve-se pois numa linha de continuidade destes anos recentes, em que o extremismo de direita tem seu animador instalado no palácio governamental. Trata-se então de movimentos, eventos e performances que nada tem de espontâneos, seja em termos de palavras de ordem, cronogramas, agendas, recursos; ostensivamente financiados por setores empresariais, financistas, agrobusiness, todos irmanados no mesmo esbulho da nação e na destruição da democracia.

E agora, com a eleição perdida, bolsonaristas intensificam seu ressentimento fora de hora e de lugar, fora do texto (constitucional) e do contexto internacional, dobram a aposta, nas estradas bloqueadas e em frente aos quartéis, aguardando o “grande momento” em que seus clamores antidemocráticos sejam atendidos pelos homens das armas. No entanto, nem a covardia pusilânime de seu líder, nem a ameaça de quarteladas da casta militar parecem lhes dar um fio de esperança, dado o isolamento do primeiro e as patacadas desmoralizantes dos segundos.

Baderneiros das ruas, gerais saudosos da guerra-fria, súcia empresarial, radialistas trovejantes em seu reacionarismo sem limites ou escrúpulos e, obviamente, políticos oportunistas trazidos à cena pública pelas artimanhas algorítmicas demonstram, pela associação de interesses, pela sintonia de ideias e valores e pela crassa ignorância histórica o quanto uma parte expressiva da população pode regredir a um estágio “primitivizado”.

Agora, nos “eventos tabajaras posteriores à eleição presidencial” em que patriotismo se confunde com arruaça (M. Sodré, *Folha de S. Paulo*, 13/11/2022), toda esta cambada se agrega, clamando aos céus, mas invocando forças e inspirações diabólicas de tipo fascista, em um golpismo tacanho.

Cabe-nos, pois, constatar a emergência e a mobilização destes estratos, reconhecer seus comportamentos e táticas políticas, avaliar seu peso e sua capacidade de articulação, estimar sua eventual continuidade ou desagregação; tais são alguns procedimentos teóricos e políticos necessários para desalojá-los das instâncias de poder e de influência, e enfraquecê-los no âmbito da sociedade.

É de esperar que o que os unifica sob a bandeira do irracionalismo patrioteiro, nesta conjuntura melhor entendido como fanatismo “patriotário” (aglutinação de patriota e otário), usurpando símbolos e cores do Estado e da nação, os entrelacem em amálgama tal que se tornem uns para os outros seus próprios mitos, seus fantasmas, suas fúrias e suas enfermidades, de modo tal que seus próprios rostos sejam devorados por suas próprias máscaras.

Assim, do drama histórico que supunham ser protagonistas, acabarão como coadjuvantes de uma comédia burlesca ou de um teatro do absurdo, não totalmente isentos de pequenas tragédias ou sofrimento pessoal. No mundo paralelo que vivem ou criaram para si, o “mito” que forjaram em sua ingenuidade ou insanidade não corresponderá mais a qualquer potência simbólica, alegórica ou lendária.

Fora da história e carentes da razão, alguns parecem pertencer a um limbo, primeiro círculo do inferno, outros ao purgatório. Nestas paragens, entre choros e suspiros, deverão os arrependidos aguardar trinta vezes o tempo que viveram afastados da lei, dos princípios democráticos, das normas e costumes civilizatórios.

De que lhes terá valido a adesão a tão chulo e desqualificado governante, senão o mergulho no negacionismo científico, na incivilidade comportamental, no obscurantismo cultural, no sectarismo religioso e no autoritarismo político, que serão registros vergonhosos a constranger seus pósteros e descendentes?

Tristes legados. Que ao menos sirvam para o esclarecimento de novas gerações, se não esquecerem este monumental escorregão a beira do abismo de muitos que os antecederam, e a partir daí apreendam a fazer escolhas políticas mais

consistentes com os parâmetros democráticos.

A melhor aposta é que em prazos razoáveis, a maioria desta gente adquira alguma consciência política menos extremada ou alienada, na medida em que se disperse estas energias mal orientadas, quando desmoronar este mundo paralelo em que pensavam habitar.

Pacificação, conciliação, reconciliação ou cisão?

O que são? A quem interessa? Como se processa? O que resulta?

Se os três primeiros termos remetem a uma intenção, uma busca deliberada de um acerto, de um consenso desejável ou necessário, por meio de diversos e complexos mecanismos e arranjos políticos ou institucionais visando o estabelecimento de uma pauta ou de um pacto que volte a permitir tanto uma convivência civilizada, quanto o funcionamento do estado e dos governos após um período de conflagrações, o último termo, cisão, no sentido de divisão, clivagem, separação política e ideológica é algo que está dado, se impõe como uma dura realidade que não se deixará superar a curto prazo.

As chances de prosperar algumas destas estratégias visando consensos, ou seu contrário, a reiteração da cisão e mesmo seu aprofundamento, dependerão do tirocínio de líderes acreditados, de uma sociedade civil que tenha porosidade interna e disposição de diálogo entre seus diversos componentes, de uma certa adesão das massas populares, e de algumas condições objetivas, notadamente econômicas, sejam as relativas à acumulação de capital, às suas relações de apropriação/expropriação, ou ao alcance de políticas redistributivas, entre tantos outros fatores.

Quando uma sociedade fica tensionada ou conflagrada em algum grau, numa extensa gradação que vai de refregas eleitorais à guerra civil, em algum momento deverá chegar a algum termo, se quiser reproduzir-se socialmente enquanto tal. No Brasil da última década, com notável incremento, tem se dado um acirramento de ânimos em torno de pautas de valores, escolhas políticas e preferências ideológicas, permeadas por moralismo rasteiro e religiosidade impregnada por teologias de ocasião; uns e outros conducentes a uma regressividade sociocultural que nos surpreende e abisma.

Tais fenômenos não nos são exclusivos nestes tempos de alterações geopolíticas, de crises de hegemonia capitalista e de crise climática. Em quase toda parte, o surgimento de um radicalismo político de direita tem sido uma das mais perturbadoras expressões destes processos.

Em nosso caso, um longo período governamental de quatro gestões de centro-esquerda, com o PT no comando, parece que foi um pouco demais para as classes dominantes. Estas, com seus aparatos e aparelhos de hegemonia lançaram-se numa intensa, perversa e contínua campanha de difamação, demonização e desestabilização daqueles governos, do PT e de sua liderança.

O êxito espúrio destas iniciativas ficou evidenciado pelo golpe de Estado de 2016, pela prisão de Lula sob os auspícios do *lawfare* lavajatista e pela eleição do direitista extremado Jair Bolsonaro. No bojo destes processos e sob o patrocínio do ex-capitão, agora presidente da república, emergiu do fundo escuro de nossa história uma massa de celerados, com força, capacidade de mobilização e de iniciativas cujas motivações, meios e objetivos devem ser referidos ao movimento fascista, seja o da matriz italiana dos anos 1920, ou da sua versão cabocla integralista dos anos 1930.

É este governo, agora derrotado pela força das urnas em 30 de outubro de 2022, que deixa atrás de si esta ruína política, esta clivagem social, estes rombos orçamentários, esta terra arrasada, estes órfãos de uma ditadura que não conseguiram implantar, mas que raivosamente ainda a invocam, sob a inspiração de seu desvario, de sua bizarrice, de sua alienação.

O novo governo democrático, que se inaugura em 01 de janeiro de 2023, terá, pois, que se haver com esta herança de destroços, com esta massa que não quer lhe reconhecer a legitimidade das urnas. Para governar uma nação, não apenas para uma parte dela, além de propósitos democrático-republicanos vai precisar ampliar consensos, gerar apoios, desarmar os espíritos.

Deixemos de lado os processos e estratégias de conciliação, de resto bem mapeadas e estudadas, que perpassam a história do país. Embora ainda não tenha insinuado suas astúcias na presente conjuntura, algumas de suas versões estarão sempre na manga das classes dominantes, como recurso de redução de danos quando as coisas não ocorrem na medida e na escala

de seus interesses substantivos. É fato que tanto nas falas quanto na viabilização, sustentação e êxito da candidatura Lula, um olhar superficial parece revelar sua presença, com acenos pacificadores, na composição da equipe de transição.

Mas se a conciliação, nossa velha de guerra, se dava quando os contendores, aliás pertencentes aos mesmos estratos dominantes, apesar de suas rugas e disputas ainda mantinham uma capacidade de diálogo, de transações e acertos, uma proposição de reconciliação, por outro lado, se coloca quanto as tensões políticas e os gravames sociais confrontam adversários que perderam àquelas condições e possibilidades.

Este parece ser o caso atual, em que democratas de várias estirpes se deparam com uma extrema direita de tipo fascista, empoderada pelo governo de Jair Bolsonaro, derrotado nas urnas, mas presente no inconformismo autoritário das ruas.

Nestas condições, quem, e como se proporá a pauta da reconciliação? Quem a conceituará, definirá seus termos, suas pautas, sua abrangência, seu cronograma, seus meios, instrumentos e procedimentos? Que apoios e forças serão necessários para levar a termo o enquadramento e a responsabilização de protagonistas que aviltaram instituições, abusaram do poder, afrontaram regras básicas de convivência democrática, conspurcaram símbolos nacionais, fomentaram o ódio, causaram milhares de mortes, evitáveis, por incúria, inépcia, prevaricação e corrupção, a começar pelo presidente da república, sua família, asseclas e desclassificados de toda ordem, com a ativa e bem recompensada colaboração das Forças Armadas?

Por que a reconciliação é difícil? Ela comporta riscos, custos e pode até ser perigosa. Há também o receio de ser mal compreendida, interpretada e conduzida. Deverá contar com disposições cooperativas, ânimos desarmados, além de coragem e alguma sabedoria política. Demandará capacidade de se projetar para além das disputas mesquinhas, dos agravos recentes, das fricções e rugas de conjunturas sem deixar, no entanto, de ser consequente com os objetivos a que se propôs.

Será que poderemos ter a expectativa de que tais arranjos e condições sejam possíveis ou viáveis? Uma das questões mais desafiantes será estabelecer alguma conexão entre os diferentes, algum consenso por meio de uma melhora comunicativa.

Por mais difícil que seja estabelecer um patamar civilizatório, onde possam conviver os divergentes e contrapostos, os diferentes e os diversos, o fato é que o que está feito resultou de uma construção social, e nada impede que possamos continuar fazendo algo socialmente diferente.

É certo que muitos demorarão a se libertar do medo, que os oprime, da ignorância que os subjuga, e da raiva que mata. Condições e disposições que nos separam por classe, ideologia, religião, cultura, valores, escolhas, preferências. Pretender que a possibilidade de superação de tais entraves à convivência possa resultar de automatismos, apagamento de memória, contemporização com malfeitos, impunidade frente a delitos, conciliações pelo alto, seria incorrer em equívocos, repor impasses e repetir os erros que nos fazem, enquanto nação, uma comunidade de desiguais que não se reconhecem como portadores de mesmos direitos e dignidade, oportunidades e destino.

Em que momento poderemos voltar a olhar nos olhos uns dos outros? Quem, que protagonistas, com que apoios e com quais lideranças poderá viabilizar-se uma reconciliação? Quem lhe oporá reservas, resistências?

Uma perspectiva desejavelmente otimista aponta para alguma acomodação política, por certo sempre provisória, entre os atores institucionais, nomeadamente o novo governo Lula, a maioria conservadora parlamentar e um garantismo meio titubeante das altas cortes, dada a habilidade do primeiro, a fisiologia do segundo e a presunção legalista da última.

Em sentido contrário, poderá prevalecer, por tempo considerável, uma intransigência pré-insurrecional, seja a da insanidade das ruas, a das tentações autoritárias castrenses ou a insuflada pelo aprendiz bonapartista de terceira categoria (do Napoleão III, *Le petit*).

A bandeira e as cores da pátria - usos e abusos

A dominação (política), a hegemonia (cultural), a moralidade (vicária da religião) a mobilização (das massas) e processos similares ou afins no Estado-Nação encontram no nacionalismo e no patriotismo, e em suas expressões simbólicas de bandeiras e cores uma condensação, formando como que um modelo cognitivo cultural. Daí decorrem sentimentos de

pertencimento e identidade coletiva que se cristalizam na experiência viva de um povo.

É certo que tais configurações cumprem determinadas finalidades, necessárias à reprodução da sociedade, ao funcionamento do sistema político e a soberania da nação. Quando, no entanto, os símbolos de que se revestem deixam de corresponder à universalidade da “forma Estado” encarnada na nação, rompe-se o encantamento e o conagração cívico do contrato social.

Tal é o caso das crises de tipo revolucionário, que alteram regimes políticos e refundam o Estado. Mudam-se, em decorrência, estruturas, processos e símbolos que irão dar consistência a nova ordem.

Talvez, e esta é uma aposta, e eventualmente uma proposição, crises de menor intensidade, mas fortes o suficiente para impactar práticas políticas, arranjos institucionais, políticas públicas ou formas de consciência também poderiam – ou deveriam – renovar os estoques simbólicos da nação para então redefinir lealdades, identificações e aderências a uma nova ordem moral e a um novo arranjo político-cognitivo e cultural, atualizando princípios republicanos e aprofundando a democracia.

Este poderia ser o caso brasileiro, no ano do bicentenário da independência, 133^o da república, 4^o do desgoverno Bolsonaro, em que o próprio e seus ressentidos seguidores sequestraram a bandeira e as cores nacionais, reivindicando-se os verdadeiros (e únicos) patriotas, conspurcando estes símbolos com a mancha, dificilmente lavável, da intolerância, do autoritarismo, da truculência, do analfabetismo político e da incivilidade.

Se fosse necessário reforçar esta proposição bastaria mencionar que muito antes, mas com notável ênfase neste período governamental, as Forças Armadas já reivindicavam, e exerciam, prerrogativas “nacionalisteiras”, isto é, um nacionalismo rasteiro, prepotente e autoritário, e um patriotismo de fancaria, ambos devidamente travestidos de verde-amarelo.

Haverá, por certo, os que proporão o resgate destes símbolos e cores da pátria, em nome de toda a nacionalidade. Pode ser um empenho válido, uma nobre tarefa, um objetivo cidadão. Que tenhamos sorte, se for o caso, nesta árdua e longa empreitada cívica.

Mas por que não ousar reinventar as marcas identificadoras da nação e adequar seus símbolos às novas urgências democráticas, climáticas e civilizatórias, num salto qualitativo que nos integre fraternalmente, e projete o país como protagonista de primeira grandeza frente aos riscos e as ameaças do Antropoceno?

O que esperar ou, o que fazer?

A civilidade, entre nós brasileiros, ainda por certo tempo será um item escasso nos relacionamentos sociais: a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro não elimina do chão social e da cena política o processo em curso de degradação ética, de autoritarismo político e de afronta civilizatória de muitos dos seus 58 milhões de eleitores, daí o alerta, a prudência e a luta que se impõe aos democratas nos próximos anos.

Voltando ao título destas notas, sim, estamos saindo do inferno; com algum esforço e foco apurado poderemos rever estrelas, mas antes de chegar ao paraíso, temos a enorme montanha austral do purgatório para escalar. O que só poderemos fazer se o cansaço não nos abater, e tivermos guias seguros a nos guiar e, ao nosso lado, companheiros aguerridos a nos acompanhar e disposições de luta, organização, coragem e prudência.

Que tarefas nos aguardam, nós os democratas, nós os progressistas, nós os anticapitalistas para fazer frente aos autoritários, aos reacionários e aos capitalistas neoliberais?

Nossa ação deve incidir tanto sobre os portadores destes valores, destes fanáticos seguidores do fascismo, destes receptáculos e divulgadores do irracionalismo, mas também, e talvez com prioridade, nos emissores, nos formuladores, nos que comandam os fios das manipulações, radialistas reacionários, especialmente do interior, empresários inescrupulosos que intimidam empregados, juízes e operadores das leis, ativistas do *lawfare*, etc.

Apostamos muito no discurso e na argumentação, mas estes, talvez, devam ser recursos subsidiários; o mais relevante será a demonstração de como decisões governamentais e políticas públicas consistentes com o interesse da maioria, especialmente dos menos privilegiados mudam suas condições de vida, alçando-os a um maior grau de bem-estar,

a terra é redonda

reconhecimento, dignidade, consciência. No entanto, para que discursos ou políticas criem efeitos desejados, penetrando na vida cotidiana, precisam tornar-se fatos da experiência imediata ou direta, dotados de algum significado e, mais, incorporando um conteúdo emocional, inserindo-se na sensibilidade humana.

Para os que prezam uma sociabilidade minimamente solidária, cordial ou respeitosa será um longo teste de resiliência e paciência conviver, tanto na esfera privada quanto coletiva ou pública, com tantos contaminados pelo surto extremista de direita que assola a nação. Nós, os que vivemos mais ao sul, onde o conservadorismo, reacionarismo e bolsonarismo, em suas variadas combinações, são mais ostensivos, agressivos e desavergonhados, seremos ainda mais desafiados a manter uma serenidade cidadã, sem deixar de os combater, especialmente nos planos político e cultural.

Como, se e quando, estes extremados da direita voltarão aos parâmetros de conduta civilizada, aos regramentos de uma Constituição, aos balizamentos republicanos da convivência social? O mais provável é que os mais empedernidos reacionários assim permanecerão, imunes a qualquer pauta, diálogo ou pacto em torno de interesses substantivos da nação, que sem eliminar conflitos, os regulem democraticamente. Com estes impenitentes celerados não haverá qualquer possibilidade de aproximação, nada que os faça romper a couraça da insanidade.

Outros tantos, esperamos em maior número, que revejam suas expectativas, avaliem seus interesses e quem de fato os representa, redefinam suas concepções e reinsiram-se numa comunidade cívica em que a prevalência eventual de uma plataforma política ou uma circunstancial hegemonia não signifiquem o extermínio de adversários ou a ruína da nação.

Superar fraturas entre cidadãos de um mesmo país não implica anular diferenças, mas aceitá-las, reconhecê-las com legítimas expressões da diversidade de um povo.

De qualquer maneira, nenhuma aproximação visando atenuar a clivagem social que nos tensiona, e no futuro superá-la num processo de reconciliação, será possível antes desta fúria fascistóide tornar-se apenas a má lembrança de um período e a pesada e constrangedora consciência dos que a encarnaram. Mas, por ora, ainda veremos a deterioração de relacionamentos pessoais espicaçar nossas sensibilidades, e a animosidade política prevalecer entre esta dupla do barulho, “nós e eles”.

No momento nem conseguimos imaginar uma nova congregação de cidadãos, de um mesmo país, a exercitar direitos e deveres, pactuados por legitimadas cláusulas constitucionais. Estimar quando tal ocorrerá é como nos colocarmos na base de uma alta montanha e pretendermos visualizar seu topo. E sua escalada nos parece no momento uma quase impossibilidade. Por algum tempo, décadas talvez, medos e paranoias, intolerância, raivas e prevenções, desespero e depressão, suspeitas e ressentimentos serão ingredientes fartamente disponíveis em nossa cena/ceia política.

O que temos aqui e que se projeta para algum tempo, e que nos soa familiar, é que lados sejam tomados e lealdades divididas, até que emoções a flor da pele sejam reconduzidas a sua própria esfera, liberando o fazer político, a esfera política, as relações políticas e o conflito político do pagamento de pesados e indevidos pedágios extra políticos. Dito brevemente, que a política readquira sua natureza, que seus procedimentos organizem a sociedade e que seus protagonistas atuem em consonância com seus próprios termos.

“Permacrisis”, termo que descreve um longo período de instabilidade e insegurança foi a “Palavra do Ano de 2022” para o Dicionário Collins. Bastante apropriada, certamente, embora algumas outras nos caberiam com similar pertinência: fascista (ameaça real), eleição (questionada), golpe (sempre uma possibilidade), mito (falso), *fake news* (o feijão com arroz da direita radical), patriota (em sua versão patriotário), corrupção (esta não nos larga), pastor (vendilhões do templo, comerciantes da fé), ódio (tivemos até um gabinete palaciano a disseminá-lo).

Sérgio Augusto (*O Estado de S. Paulo*, 13/11/22), neste embalo lexicográfico, propõe, entretanto, uma palavra que expressa como nenhuma outra o que sentimos nas últimas semanas: alívio.

Por ora, diante e adiante desta algaravia raivosa de fanáticos inconformados, alegremo-nos com o novo alvorecer da democracia, que dure e se aperfeiçoe na medida e em correspondência, com nosso esclarecimento e com nossa luta.

Que paz, juízo, verdade e prosperidade se efetivem, e nos conduzam, enquanto aguardemos que, nos vários âmbitos do desvario que nos assola, se reimponha a esfericidade do mundo.

P.S. O título é um verso de Dante, *Inferno*, Canto XXXIV.

a terra é redonda

***Remy J. Fontana**, é professor de sociologia aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Autor, entre outros livros, de *Da esplêndida amargura à esperança militante - ensaios políticos, culturais e ocasionais* (Insular).

Nota

[1] Trato extensamente do perfil político do Bolsonaro em, “Do sonho de Platão ao Inferno de Dante”, *A Terra é Redonda*, 14/09/22

**O site *A Terra é Redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.
[Clique aqui e veja como](#)**